



Presidência da República  
Gabinete de Segurança Institucional  
Agência Brasileira de Inteligência

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00091.102570/2019-80

### 1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de ABASTECIMENTO e de MANUTENÇÃO preventiva e corretiva da frota de veículos, próprios, de posse e alugados, com implantação de sistema informatizado e integrado, e tecnologia de cartão eletrônico com fornecimento de combustível (diesel, gasolina e etanol), peças, acessórios, serviços, troca de óleo e filtros, equipamentos, componentes, abastecimento, materiais originais recomendados pelo fabricante de acordo com as características de cada veículo; serviços de lavagem e higienização, polimento, lubrificação; transporte por guincho, transporte dos veículos, por meio de rede credenciada, para atender as necessidades da frota de veículos e equipamentos e serviço de manutenção e conserto de bicicletas, da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, incluindo a SEDE em Brasília-DF, as superintendências nas capitais de cada estado e as subunidades, espalhadas em todo o território nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

CATSER: 25518					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Anual Estimado	Taxa de Desconto Mínima Aceitável
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de ABASTECIMENTO e de MANUTENÇÃO preventiva e corretiva da frota de veículos, próprios, de posse e alugados, com implantação de sistema informatizado e integrado, e tecnologia de cartão eletrônico com fornecimento de combustível (diesel, gasolina e etanol), peças, acessórios, serviços, troca de óleo e filtros, equipamentos, componentes, abastecimento, materiais originais recomendados pelo fabricante de acordo com as características de cada veículo; serviços de lavagem e higienização, polimento, lubrificação; transporte por guincho, transporte dos veículos, por meio de rede credenciada, para atender as	Serviço	1	R\$976.011,40	1,54%

necessidades da frota de veículos e equipamentos e serviço de manutenção e conserto de bicicletas, da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, incluindo a SEDE em Brasília-DF, as superintendências nas capitais de cada estado e as subunidades, espalhadas em todo o território nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.				
--	--	--	--	--

1.2. O Valor Anual Estimado da contratação é de R\$ 976.011,40 (novecentos e setenta e seis mil e onze reais e quarenta centavos), o qual se espera ser utilizado durante a vigência de 1 (um) ano do contrato entre os serviços descritos na especificação do Item 1. A Taxa de Desconto Mínima Aceitável da tabela, a qual será objeto de disputa da licitação, será aplicada sobre o Valor Anual Estimado.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de bens e serviços comuns, pois seus padrões de qualidade podem ser definidos objetivamente, por meio de especificações usuais mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução por preço unitário.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.7. Optou-se pelo não parcelamento do objeto pois este não se mostra tecnicamente, tampouco economicamente recomendável. Tecnicamente, percebe-se que o gerenciamento da frota, com serviços de abastecimento, manutenção, lavagem e transporte de veículos, possui como principal fator o sistema eletrônico gerencial, disponibilizado de forma *on line*, possibilitando controle e gestão dos veículos do órgão, que se encontram distribuídos nacionalmente e em grande volume. Ainda, seria inviável que a Administração contratasse postos e oficinas para atendimento dos serviços demandados, perdendo flexibilidade na escolha de estabelecimentos e no atendimento. Utilizando-se de cartões eletrônicos e de sistema próprio de cotação de manutenção, além da rede credenciada e numerosa, praticando-se o preço de mercado para todos os serviços, a Administração Pública não contrata os estabelecimentos, tornando o serviço mais eficiente e eficaz.

1.8. Economicamente, a divisão do objeto acarretaria em perda de economia de escala, em altos custos para contratação individual dos postos e oficinas mecânicas para atendimento e em maiores deslocamentos para se chegar aos estabelecimentos contratados.

1.9. Por fim, cabe ressaltar que, embora atualmente existam dois contratos distintos para manutenção e abastecimento da frota, a mesma empresa é detentora dos dois contratos firmados por esta Agência. No mercado, a maioria das empresas fornece rede credenciada para todos os serviços abarcados pelo objeto desta contratação, afastando a possibilidade de diminuição da competitividade pelo agrupamento. O parcelamento do objeto em mais de um grupo poderia resultar em diferentes empresas fornecendo serviços de gerenciamento de frota, diminuindo o valor de cada contrato e, conseqüentemente, o desconto obtido na licitação, além de dificultar a gestão dos veículos do órgão realizada pela Divisão de Transportes e Oficina.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do serviço de administração, gerenciamento e controle de frota guarda correlação com o princípio da eficiência, fomentando a gestão das atividades inerentes à Divisão de Transporte e Oficina e, em

consequência, otimizando a execução das atividades do órgão em seus mais variados aspectos, inclusive: redução de custos, melhor gestão orçamentária, eliminação de burocracia, mitigação do desperdício de tempo no controle efetivo da frota, redução do volume de trabalho e de processos para atender a demanda de serviços.

2.2. Ainda, a justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, anexos deste Termo de Referência.

2.3. A gestão de recursos públicos tem como base modernos princípios de administração, pautando a aplicação de seus esforços na busca dos melhores resultados com menores dispêndios, passando-se da gestão de recursos para a gestão de resultados.

2.4. Para o cumprimento da missão institucional da ABIN, a manutenção veicular deve atingir patamares cada vez mais altos de qualidade. É sabido que uma frota mais nova, amparada por planos de manutenção preventiva e corretiva adequados, pode ter seu tempo de inoperância reduzido e sua confiabilidade aumentada, gerando diminuição dos gastos com manutenção, através de um maior controle gerencial e global.

2.5. Dessa forma, contratações regionais não são suficientes para suprir as necessidades da ABIN, uma vez que a frota de veículos necessita ser mantida em diferentes pontos do país, em estabelecimentos capacitados a fornecer os mais variados tipos de peças e serviços necessários ao pronto restabelecimento dos veículos aos postos de trabalho, ou à sequência de seu deslocamento.

2.6. Da mesma maneira, contratações regionais não atenderiam o suficiente para manter os veículos abastecidos, considerando a necessidade de ampla rede de postos para evitar deslocamentos desnecessários e tornar a utilização do veículo e dos recursos públicos eficiente.

2.7. Na prática, sem um sistema de gestão que cuide, de forma eletrônica, *on-line*, do credenciamento de estabelecimentos aptos a contratar com a Administração, que pratiquem preço de mercado, disponibilizados em rede nacional em todas as modalidades listadas acima, torna-se impossível o uso de veículos.

2.8. O uso do sistema de gestão de frotas para manutenção viabilizou uma série de serviços em veículos que haviam ficado anos sem serem devidamente mantidos (implicando ociosidade involuntária, depreciação acelerada, falta de serviço). Mesmo nos anos imediatamente posteriores à contratação deste serviço tendo recebido um aumento significativo do número de manutenções, o gasto diminuiu. Ou seja, este serviço ajudou a preservar o bem, fez que esse bem estivesse mais disponível e reduziu as despesas da Agência.

2.9. Portanto, não basta apenas um sistema de credenciamento de estabelecimentos, mas também um sistema que mantenha o gestor atualizado sobre o andamento de cada serviço para cada veículo, em uma frota tão grande quanto à da ABIN, e com múltiplos usuários.

2.10. A alternativa existente no mercado que continuaria fornecendo combustível e oferecendo manutenção para a frota do órgão seria a contratação individual dos estabelecimentos cada serviço demandado pelos veículos. No entanto, o custo dessas contratações acarretaria em perda da liberdade na escolha dos postos e oficinas mecânicas disponíveis, menor flexibilidade no atendimento das necessidades da ABIN e ausência de sistema informatizado que permite a gestão da frota, reduzindo custos e otimizando a utilização dos bens.

2.11. É indiscutível que a contratação de empresa de administração, gerenciamento e controle da frota veicular, com a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, de abastecimento, guincho e transporte de veículos, inclusive manutenção e conserto de bicicletas, atuará como uma mola propulsora e facilitadora da consecução das atividades da ABIN, considerando que a frota necessita ser mantida em diferentes pontos do país.

2.12. Nesse sentido, uma rede de estabelecimentos credenciados, capacitados a fornecer mão de obra especializada e peças/acessórios/materiais oportunos ao pronto restabelecimento dos veículos aos seus postos de trabalho, além do abastecimento dos veículos da ABIN, trará benefícios de forma a maximizar suas ações, considerando-se ainda que as Superintendências Estaduais não dispõem, em seus quadros, de servidores especializados em mecânica, tampouco de instalações, equipamentos e ferramental necessários para a manutenção e reparo dos veículos que garantam sua obrigação de primar pela conservação do patrimônio público.

2.13. Por essas razões, a contratação em tela não se restringe unicamente à prestação de serviços de manutenção automotiva em geral. Trata-se da contratação de um serviço visando ao aumento da eficiência no tocante à manutenção dos veículos utilizados no cumprimento das atribuições da ABIN, de maneira a obter um controle padronizado sobre os serviços contratados.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme pormenorizado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço informatizado de gerenciamento de frota, em tempo real: a disponibilização e operação de sistema integrado de gerenciamento das despesas e informações dos veículos pertencentes às frotas dos órgãos contratantes, com captura eletrônica instantânea das transações de consumo, com fornecimento de produtos e serviços automotivos em rede credenciada de fornecedores, mediante ressarcimento; além do fornecimento de aplicativo gerencial para a efetiva gestão e controle.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, sendo os seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem:

5.1.1. As seguintes condições necessárias para o atendimento da necessidade:

5.1.1.1. Aplicativo de Tecnologia da Informação que permita: o cadastramento, parametrização e a integração da rede de fornecedores credenciados - nos quais serão utilizadas leitoras de cartão magnético que farão a coleta eletrônica instantânea das despesas de produtos e serviços efetuadas:

I - cadastramento do Administrador do Sistema – a CONTRATANTE designará Servidor para exercer esta função, o qual irá operar, gerenciar e manter as informações pertinentes ao uso do sistema. Cadastramento de usuários, os quais terão acesso apenas às informações por meio de relatórios e telas de consulta. Toda operação se dará mediante identificação e senha pessoal e intransferível.

II - cadastramento dos veículos – no mínimo, as seguintes informações deverão constar do cadastro:

- a) Tipo;
- b) Placa;
- c) Marca;
- d) Modelo;
- e) Ano de fabricação;
- f) Centro de Custo (se houver);
- g) Tipo de Combustível;
- h) Capacidade do Tanque (litros);
- i) Quilômetros rodados – marcação do hodômetro;

III - criação de três perfis de usuários, com as seguintes prerrogativas:

## a) usuário:

- autoriza abastecimento de veículos da unidade;
- cadastra dados de veículos da unidade;
- autoriza higienização de veículos da unidade;
- solicita guincho;
- visualiza dados dos veículos da unidade;

## b) administrador local:

- autoriza abastecimento de veículos da unidade;
- cadastra dados de veículos da unidade;
- autoriza higienização de veículos da unidade;
- solicita guincho;
- visualiza dados dos veículos da unidade;
- altera limites dos cartões;
- cadastra, altera dados e remove usuários;
- solicita manutenção preventiva e corretiva de veículo;
- gera relatórios de usos e custos de veículos da unidade, de atividade dos usuários da unidade;

## c) administrador master:

- autoriza abastecimento de veículos;
- cadastra dados de veículos;
- autoriza higienização de veículos;
- solicita guincho;
- cadastra, altera dados e remove usuários;
- cadastra, altera dados e remove administradores locais;
- visualiza dados dos veículos;
- altera limites dos cartões;
- solicita manutenção preventiva e corretiva de veículo;
- gera relatórios de usos e custos de veículos, de atividade de usuários e de administradores locais;
- recebe alertas sobre alterações e solicitações referentes ao uso de cartões e de veículos.

IV - cadastramento dos condutores – no mínimo, as seguintes informações deverão constar do cadastro:

a) Login (único, sem ser repetido);

b) E-mail do condutor;

c) Unidade;

d) Telefone da unidade;

e) E-mail da unidade;

f) Não poderão constar campos de preenchimento para os seguintes dados:

- Nome completo;

- CPF;
- RG;
- Matrícula;
- Telefone particular.

5.1.1.2. Os limites estabelecidos não poderão ser ultrapassados sem expressa autorização e registro no sistema pelo Administrador local ou Administrador master. As alterações autorizadas, pelo Administrador, dos limites deverão ser validadas em tempo real.

I - Cartões magnéticos – individualizados e personalizados para cada veículo da frota, com as seguintes informações: (i) identificação do veículo: placa, marca, modelo; (ii) SEM identificação da CONTRATANTE.

- a) Os cartões deverão ter o padrão preconizado pela ABNT e duração de no mínimo 05 anos;
- b) A inserção e validação do cartão, mais a senha do condutor capturado pela leitora de cartão do fornecedor credenciado permitirão a efetivação da despesa;
- c) O sistema não permitirá a efetivação da despesa sem a validação da senha do condutor, e registrará as ocorrências de tentativas frustradas;
- d) É de responsabilidade do fornecedor credenciado a verificação da identificação do veículo constante no cartão magnético com a placa e características do veículo que receberá o produto ou serviço;
- e) O sistema deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha do condutor em tempo real, bem como o bloqueio/desbloqueio dos cartões identificadores dos veículos;
- f) No caso de extravio de cartões, o sistema deverá permitir ao Administrador local ou master o bloqueio imediato de uso, e a licitante vencedora deverá repor os cartões no máximo em 5 (cinco) dias úteis após comunicada;
- g) Os cartões magnéticos fornecidos servirão exclusivamente para as despesas de produtos e serviços automotivos nos fornecedores credenciados, sendo de responsabilidade da licitante vencedora a programação desta funcionalidade;
- h) Os cartões magnéticos deverão possibilitar a utilização em abastecimento de combustível e em lavagem veicular nos postos de credenciados.

II - Leitoras de cartões magnéticos – os fornecedores credenciados deverão estar equipados com aparelhos integrados ao sistema, em tempo real, que permita a verificação da identificação do veículo, a validação da senha do condutor, além de capturar as informações da despesa efetuada. O sistema deverá emitir Comprovante da Transação de Despesa, independentemente da solicitação do condutor, contendo as seguintes informações:

- a) identificação do fornecedor (nome, CNPJ, endereço);
- b) identificação do veículo (placa);
- c) marcação do hodômetro do veículo no momento da transação;
- d) tipo de combustível, produtos ou serviços comprados;
- e) quantidade de combustível, produtos ou serviços comprados;
- f) valor unitário e total da transação;
- g) data e hora da transação;
- h) identificação do condutor (login).

5.1.1.3. Em caso de danos involuntários ao cartão destinado ao veículo ou à leitora de cartão, instalada no fornecedor credenciado, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.) a licitante vencedora obriga-se a disponibilizar procedimento de compra contingencial de maneira segura e que garanta a continuidade de registro das informações no sistema, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais da frota.

5.1.1.4. Durante toda vigência contratual, deverão ser mantidos, no mínimo, 02 (dois) postos de **abastecimento** por cidade relacionada no Anexo II, sendo, pelo menos 01 (um) situado no centro da cidade e outro situado à distância

máxima de 15 (quinze) quilômetros do centro da cidade.

5.1.1.5. Durante toda vigência contratual, deverão ser mantidos, no mínimo, 02 (dois) postos de **lavagem** (vinculados a um posto de abastecimento ou não, podendo ser estabelecimento especializado em lavagem veicular) por cidade relacionada no Anexo II, sendo, pelo menos 01 (um) situado no centro da cidade e outro situado à distância máxima de 15 (quinze) quilômetros do centro da cidade.

5.1.1.6. Durante toda vigência contratual, deverão ser mantidos, no mínimo, 03 (três) estabelecimentos aptos a realizar a **manutenção preventiva e corretiva**, com prestação de serviços e troca de peças e acessórios, por cidade relacionada no Anexo II.

5.1.1.7. Durante toda vigência contratual, deverão ser mantidas, no mínimo, 02 (duas) **oficinas de bicicletas** aptas a realizar a manutenção, conserto, reparo e/ou substituição de peças e acessórios de bicicletas, em Brasília-DF.

5.1.1.8. A licitante vencedora deverá capacitar e treinar os Servidores indicados pela CONTRATANTE, sem custo, quanto às operações de: uso, administração, gerenciamento, controle e aquisição de produtos e serviços; de forma a obter maior eficiência e eficácia da utilização do sistema, com no mínimo 8 (oito) horas.

5.1.2. Produtos e serviços fornecidos:

5.1.2.1. A rede de fornecedores credenciados deverá fornecer, no mínimo, os seguintes produtos e serviços, que podem ser serviços continuados ou não:

I - Combustíveis dos tipos: gasolina comum, gasolina aditivada (gasolina tipo "C" Premium, com, no mínimo, 95 octanas em todo o território nacional), álcool hidratado comum, diesel comum e diesel S10;

II - Óleos lubrificantes e elementos filtrantes para motores a gasolina, a álcool e diesel;

III - Manutenção leve nos Postos de Atendimento, prevendo:

a) Reposição do nível da solução para o sistema de esguicho do limpador de para-brisa;

b) Reposição do nível da solução para o sistema de arrefecimento;

c) Serviço de conserto de pneus;

d) Serviço de lavagem parcial e completa em automóveis leves, utilitários, utilizando-se, preferencialmente, lavagem a seco;

e) Serviço de aplicação de cera em automóveis leves, utilitários;

f) Serviço de troca de óleo lubrificante em veículos da frota;

g) Substituição do nível da solução para o sistema de freios;

h) Fornecimento de extintor de incêndio veicular.

IV - Manutenção preventiva e corretiva:

a) Serviço de manutenção nas partes mecânica e elétrica, inclusive:

- motor;
- sistema de embreagem;
- sistema de alimentação e injeção eletrônica a gasolina e a álcool;
- sistema de alimentação e injeção a diesel;
- sistema de transmissão;
- sistema de direção;
- sistema de suspensão;
- sistema de freios;
- sistema de arrefecimento, ventilação;
- sistema de escapamento;
- sistema elétrico em geral.

b) Serviço de funilaria, lanternagem, pintura em geral, estofagem e vidraçaria, (incluindo serviços de reparo ou substituição no caso de trincas no parabrisa).

c) Serviço de retífica (motor e componentes, discos e campanas de freios).

d) Alinhamento e Balanceamento:

- serviços de alinhamento de direção;
- serviços de balanceamento de rodas;
- serviços de cambagem, cáster e convergência;
- serviços de substituição, troca e remendo de pneus, com ou sem fornecimento de insumos e produtos;
- serviços de desempenho de rodas.

e) Serviços de manutenção de ar condicionado automotivo;

f) Serviço de guincho, disponível 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias da semana, sem franquia de quilometragem.

g) Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves, decodificação e cartões de ignição automotiva.

V - Fornecimento de todo e qualquer componente, peça ou acessório automotivo necessários ao uso regular do veículo, inclusive placas de identificação veicular, e serviços de reparo e substituição de acessórios veiculares.

VI - Serviços, materiais e peças de borracharia em geral, incluindo fornecimento de pneus;

VII - Serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar;

VIII - Higienização de veículos, prevendo limpeza simples, lavagem, aspiração, lubrificação, enceramento, polimento e cristalização para todos os veículos que compõem a frota da CONTRATANTE.

a) Para os serviços de lavagem simples e com cera em automóveis pequenos, médios e grandes utilizar-se-á, preferencialmente, lavagem a seco;

IX - Serviço de manutenção, conserto, reparo e/ou substituição de peças e acessórios de bicicletas;

X - Transporte de veículos para melhor distribuição e gerenciamento da frota, que podem ser remanejados entre unidades da federação ou entre cidades, visando a otimização do uso dos veículos;

XI - Todo e qualquer serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado neste Termo de Referência, faça-se necessário ao perfeito reparo do veículo.

#### 5.1.3. Da rede credenciada de fornecedores:

Todos os fornecedores credenciados deverão estar equipados para aceitar e transmitir, em tempo real, as transações das despesas efetuados com os cartões magnéticos identificadores dos veículos da frota, próprios ou alugados, da CONTRATANTE.

##### 5.1.3.1. Da quantidade mínima e localização geográfica dos fornecedores credenciados

Visando a perfeita viabilidade de utilização de todos os produtos e serviços, a licitante vencedora deverá ter credenciado em sua rede:

I - Para os produtos e serviços descritos nos incisos I e III do item 5.1.2.1 – no mínimo 2 (dois) e 3 (três) fornecedores credenciados, respectivamente, por cidade relacionada pela CONTRATANTE que:

a) sendo pelo menos 01 (um) situado no centro da cidade e outro(s) situado(s) à distância máxima de 15 (quinze) quilômetros do centro da cidade; tal condição tem por objetivo atender o princípio constitucional da economicidade;

b) pratiquem preços de combustíveis não superiores aos valores médios a vista praticados pelo mercado, apurados semanalmente pela Agência Nacional de Petróleo – ANP e disponibilizado no sítio [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br), o qual será o parâmetro utilizado no limite de preço unitário máximo por tipo de



combustível;

- c) prestem o serviço de abastecimento, no mínimo de segunda-feira a sábado das 7:00 às 20:00 horas;
- d) estampem o selo de aferição das bombas medidoras de volume de combustíveis líquidos, referente ao exercício corrente, de caráter obrigatório conforme art. 10 da Portaria INMETRO/MDIC nº 559 de 15/12/2016;
- e) estejam em conformidade com as normas da Agência Nacional de Petróleo – ANP;
- f) não constem como INTERDITADOS na Relação dos Postos Autuados por Problemas de Qualidade disponibilizada no sítio da ANP: [www.anp.gov.br/petro/mapa\\_fiscaliza.asp](http://www.anp.gov.br/petro/mapa_fiscaliza.asp);
- g) apresentem sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência dos combustíveis;
- h) mantenham em local visível a identificação de sua adesão à rede de credenciados (banners, placas, postêrs, etc).

II - para os produtos e serviços descritos no inciso II do item 5.1.2.1 – no mínimo 2 (dois) fornecedores credenciados que:

- a) pratiquem preços para fornecimento de serviços de manutenção preventiva, corretiva, de garantia e todos os demais serviços e materiais objeto deste Termo de Referência, será equivalente, no mínimo, ao preço e tabela de tempos padrão de reparos (tabela tempária) adotada pelo fabricante do veículo mantenido, aplicando-se após o desconto contratado, cujos valores serão aferidos com as tabelas obtidas através do sistema AUDATEX MOLICAR ou equivalente técnico;
- b) disponibilizem, no sistema, orçamento com a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados/substituídos, bem como o volume de tempo de serviço, e o custo do homem/hora a ser empregado para aprovação da CONTRATANTE;
- c) disponibilizem local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados por servidor(es) da CONTRATANTE, especialmente designado(s);
- d) somente executem os serviços, após a devida autorização do Administrador, via sistema ou através de “Ordem de Serviço”;
- e) disponham de área física adequada à prestação dos serviços;
- f) disponham de pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;
- g) disponibilizem boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado, dotados preferencialmente de bancadas de alvenaria com revestimento cerâmico ou com chapas de metal;
- h) possuem equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulagens de motores;
- i) disponham de ferramentaria atualizada para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;
- j) executem os serviços de manutenção, preventiva e corretiva, fielmente dentro das melhores normas técnicas, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços e desde que aprovado pela CONTRATANTE, de acordo com sua especialidade, nas instalações da credenciada, independentemente ou não da marca do veículo;
- k) forneçam peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotivos e afins, definidas pelas seguintes características e procedências:
  - originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo ou;
  - originais, do fornecedor da montadora dos veículos, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo ou;

- de outros fabricantes, cujo produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da CONTRATANTE.

- l) atendam com prioridade as execuções dos serviços solicitados pela CONTRATANTE;
- m) prestem todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- n) não apliquem materiais/serviços sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- o) entreguem os veículos em perfeitas condições de funcionamento, quando do término dos serviços;
- p) providenciem a devolução das respectivas peças e componentes substituídos;
- q) permitam à CONTRATANTE a fiscalização “*in loco*” da execução dos serviços autorizados;
- r) mantenham em local visível a identificação de sua adesão à rede de credenciados (banners, placas, postêrs, etc).

5.1.3.2. A disponibilidade dos fornecedores credenciados referidos no item 5.1.3.1 deverá ser comprovada quando da celebração do contrato.

5.1.4. Módulo integrado de autogestão da manutenção preventiva da frota de veículos da CONTRATANTE.

5.1.4.1. Aplicativo de tecnologia da informação que permita o cadastramento, parametrização, identificação e aviso da necessidade de manutenção preventiva e gerenciamento da vida mecânica dos veículos da frota.

5.1.4.2. A autogestão da manutenção preventiva será exercida, no mínimo, sobre os seguintes itens:

- I - Troca de óleo do motor;
- II - Troca dos elementos filtrantes;
- III - Alinhamento de direção;
- IV - Balanceamento de rodas;
- V - Elementos do sistema de freio.

5.1.4.3. Deverá ser disponibilizado, no mínimo, relatório dos veículos x manutenção preventiva para o mês atual.

5.1.5. Módulo integrado de gerenciamento eficiente da frota automotiva e dos condutores.

5.1.5.1. Após a inserção dos dados cadastrais, parâmetros e a captação das despesas realizadas deverá ser disponibilizado cumulativamente ou não, no mínimo, os relatórios:

- I - relação dos veículos por tipo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, centro de custo, se houver, limites de valores por veículo;
- II - histórico das operações realizadas pela frota contendo:
  - a) Data;
  - b) Hora;
  - c) Identificação do estabelecimento;
  - d) Identificação do condutor;
  - e) Identificação do veículo (placa);
  - f) Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
  - g) Tipo de combustível;
  - h) Quantidade em litros adquiridos;
  - i) Valor unitário por tipo de combustível;
  - j) Valor total da operação em R\$ (reais);
  - k) Natureza do serviço utilizado.
- III - quilometragem entre os abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro;
- IV - histórico das operações realizadas por condutores previamente autorizados pela

**CONTRATANTE;**

- V - histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- VI - histórico de manutenção dos veículos;
- VII - volume de litros, de gastos realizados por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota;
- VIII - indicação dos desvios do hodômetro, média de consumo do veículo, tipo de combustível, entre outros;
- IX - despesas realizadas no período – Relatório Analítico de Despesas – contendo os quantitativos totais do período de cada período de cada um dos tipos de despesas realizadas e os respectivos valores, com as seguintes informações:

**a) despesas de abastecimento:**

- identificação do posto (nome e endereço);
- identificação do veículo (marca, tipo, prefixo e placa);
- hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
- tipo de combustível;
- data e hora da transação;
- quantidade de litros;
- valor da operação;
- identificação do condutor (login);
- natureza do serviço utilizado.

**b) despesas de manutenção:**

- identificação da oficina (nome e endereço);
- identificação do veículo (marca, tipo, prefixo e placa);
- hodômetro do veículo no momento da manutenção;
- serviços executados;
- peças substituídas;
- data e hora da transação;
- valor da operação;
- identificação do servidor responsável pela autorização dos serviços (login).

**c) despesas de higienização:**

- identificação do estabelecimento (nome e endereço);
- identificação do veículo (marca, tipo, prefixo e placa);
- hodômetro do veículo no momento da higienização;
- tipo de serviço executado;
- data e hora da transação;
- valor da operação;
- identificação do servidor responsável pela autorização dos serviços (login).

- X - informações mensais dos preços históricos dos consumos praticados nos postos credenciados, em R\$/Litro, por tipo de combustível, ordenados por valor de ordem crescente, identificando o posto de abastecimento com o respectivo endereço;

- XI - tempo de imobilização por veículo;
- XII - custos e quantidades por tipo de manutenção por veículos;
- XIII - custos por km e indicadores por veículo;
- XIV - tempo de garantia de peças e serviços;
- XV - desconto sobre o preço da bomba, quando for o caso.

5.1.5.2. O sistema integrado de gerenciamento deverá disponibilizar as seguintes facilidades, em tempo real (online):

- I - cotação dos produtos e serviços fornecidos;
- II - orçamento eletrônico dos serviços de manutenção preventivas e corretivas diagnosticadas, detalhando a relação de serviços (mão de obra) e as peças, bem como o prazo para a execução do serviço;
- III - comparação de orçamentos, mínimo de 3 (três) fornecedores credenciados, para análise;
- IV - relação dos fornecedores credenciados;
- V - pesquisa de garantia de peças substituídas e de serviços realizados.
- VI - relatório de inconsistência – tentativa de operação não autorizada;
- VII - relatório contendo grupo de peça/peça, mão de obra/hora por grupo, horas de execução, custo por peça, tabela de referência de tempo;
- VIII - relatório de condutores por veículo;
- IX - relatório das autorizações efetuadas pelos administradores local e master;
- X - comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

5.1.6. Fica reservado à CONTRATANTE através dos seus gestores o direito de:

- a) Realização de outros orçamentos em oficinas credenciadas, bem como em oficinas não credenciadas;
- b) Negociação de redução de custos junto à primeira oficina credenciada onde se encontra o veículo;
- c) Caso a primeira oficina credenciada não concorde com a redução dos custos apresentados ou se os valores encontrados na rede credenciada estiver acima do praticado no mercado ou se as oficinas credenciadas não apresentarem o padrão exigido pela CONTRATANTE o veículo será remanejado de imediato para a oficina que apresentou o orçamento de menor valor ou para outra oficina determinada pela CONTRATANTE.

5.1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.8. A observância, no que couber, à legislação ambiental em vigor, bem como aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.2. Critérios e práticas de Sustentabilidade Ambiental - Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico- poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- d) Observância da Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005 e de qualquer legislação correlata;
- e) Disponibilizar, no sistema gerencial informatizado, funcionalidade de plano de manutenção dos veículos, que permita cadastrar previsão de revisões preventivas e periódicas sugeridas pelo fabricante, que prolongam a vida útil do veículo, resultando em economia financeira e minimizando o lançamento de poluentes no ar, no solo e nas águas.

5.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência (TR), em item próprio.

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Em razão da natureza do objeto desta contratação, não será objeto de vistoria os locais de execução dos serviços.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto está prevista para iniciar em 02 de março de 2020, seguindo a dinâmica seguinte:

7.1.1. Para execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, a Contratada deverá implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado via internet - WEB, no prazo de até 30 (trinta) dias contado do início da execução do objeto, que possibilite a obtenção de orçamentos dos materiais e serviços especializados de manutenção por intermédio da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada, para atender os veículos da frota da ABIN, que propiciará gestão e controle detalhado das informações à Contratante.

7.1.2. A Gestão da manutenção da frota de veículos, gerida pela Contratante e pela Contratada, por meio de sistema informatizado de controle integrado compreende o atendimento nos diversos estabelecimentos credenciados pela Contratada, elaboração de orçamento detalhado das peças, componentes, produtos e serviços especializados especificados neste Termo de Referência e todos os demais itens necessários à plena manutenção dos veículos da Contratante, observadas todas as marcas/modelos, conforme Anexo I e demais veículos que sejam de propriedade e/ou da posse da ABIN, e restauração do bem às condições de segurança, devendo a Contratada:

7.1.2.1. Apresentar lista de sua rede credenciada, que deve ser capaz de atender em todas as regiões e da forma indicada nos itens 7.6.1, 7.6.2, 7.8.1 e no Anexo II, a todas as espécies, tipos, marcas e modelos de veículos descritos no Anexo I e nas demais especificações contidas no presente Termo de Referência, mantendo-a sempre atualizada;

7.1.2.2. Credenciar, junto à Contratante, equipe de representantes para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo telefones, fixos e celulares, fax, endereços eletrônicos e todo e qualquer meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante-Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados;

7.1.2.3. Disponibilizar acesso ao Sistema AUDATEX MOLICAR ou outro instrumento equivalente técnico, que é uma ferramenta que possibilita que o fiscal efetue consulta online da conformidade de valores com relação à tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão, nos moldes estabelecidos no subitem 7.1.8.19;

I - Sempre que não existir comparativo no sistema oferecido, a contratada deverá efetuar consulta de cada um dos itens do orçamento na concessionária do fabricante do veículo, apresentando a referida consulta ao fiscal responsável pela aprovação do orçamento, que deverá conter os dados da concessionária consultada, tais como nome, telefone, responsável pelos valores informados, além de cada uma das peças/serviços devidamente listados, com indicação unitária do preço consultado.

7.1.2.4. Garantir que o preço praticado pela sua rede credenciada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, de garantia e todos os demais serviços e materiais objeto deste Termo de Referência, será equivalente, no mínimo, ao preço à vista descrito na tabela de preço e tabela de tempos padrão de reparos (tabela tempária) adotada pelo fabricante do veículo mantenido, aplicando-se após o desconto contratado, cujos valores serão aferidos com as tabelas obtidas através do sistema AUDATEX MOLICAR ou equivalente técnico, nos termos do item 7.1.2.3;

7.1.2.5. Os serviços que não apresentarem, devido às suas peculiaridades, tabela de valores referenciais, deverão ter seus preços obtidos através de pesquisa realizada pela Contratada e submetida à análise do fiscal da Contratante na data da necessidade do serviço ou da aquisição do material/peça.

- I - Ainda sobre os preços dos serviços/peças referenciados no subitem anterior incidirá o desconto ofertado pela licitante.

7.1.2.6. Entregar, em até dez dias úteis após assinatura do contrato, tabela tempária do fabricante de cada marca, seja por meio impresso e/ou eletrônico;

7.1.2.7. Providenciar, sempre que solicitado pela Contratada, o credenciamento de algum novo estabelecimento, caso o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório, ou, ainda, caso o preço praticado pelas empresas constantes da rede credenciada não esteja dentro dos limites máximos estabelecidos neste Termo de Referência, ou ainda por quaisquer outras questões técnicas;

7.1.2.8. Disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios de controle das despesas que viabilizem a gestão de informações da frota;

7.1.2.9. Prover uma forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico;

7.1.3. A Contratada deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota da Contratante, sendo de sua responsabilidade o cadastramento de todos os veículos que a integram;

7.1.4. O sistema de gerenciamento deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, com identificação de toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas com abastecimento e com serviços gerais de oficina mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, retífica, vidraçaria, capotaria, estofamento, lavagem, lubrificação, reparação de acessórios, fornecimento de baterias, de extintores de incêndio, pneus, plotagem, peças em geral, e tudo mais descrito neste Termo de Referência, que envolva a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, possibilitando o efetivo controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas, devendo ser disponibilizadas as seguintes informações acumuladas, a partir da contratação dos serviços:

**7.1.4.1. Para o abastecimento:**

- I - Relatório de Histórico que deverá fornecer mensalmente informações sobre o consumo de combustível de cada veículo, preços praticados em cada abastecimento e análise de consumo de combustível por veículo;
- II - Relatório de Uso que deverá fornecer informações semanais sobre o uso de combustível por veículo, discriminando o posto credenciado onde foi realizado o abastecimento, localidade, horário, tipo de combustível, número de litros, valor, placa do veículo e o condutor;
- III - Relatório Financeiro que deverá fornecer extrato quinzenal de conta corrente por unidade identificando o consumo de cada veículo e o condutor;
- IV - Poderão ser solicitados outros relatórios ou o aperfeiçoamento dos exigidos nas alíneas acima (I, II e III), para adequar o sistema de gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis às normas de controle do Governo Federal;

**7.1.4.2. Para a manutenção preventiva e corretiva:**

- I - Histórico de manutenção de veículo – valor das peças, valor da mão de obra, valor total do serviço, placa, quilometragem, estabelecimento onde foi realizado, garantias de peça e mão de obra, quantidade de peças e total de hora da mão de obra utilizada;
- II - Ordem de serviço cadastrada;
- III - Comparativo do valor na Ordem de Serviço.
- IV - Orçamento eletrônico.
- V - Registro de garantia de peças/serviços.
- VI - Histórico dos orçamentos.
- VII - Comparação de orçamentos para análise de histórico.

- VIII - Relatório contendo grupo de peça/peça, mão de obra/hora por grupo, horas de execução, custo por peça, tabela de referência de tempo por modelo e marca.
- IX - Cotação em tempo real (*on-line*) – transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo.
- X - Cadastro do veículo.
- XI - Composição da frota e idade média.
- XII - Relação de estabelecimentos de manutenção credenciados.
- XIII - Relatório de operação de manutenção.
- XIV - Utilização de peças e serviços por estabelecimentos.
- XV - Custos por grupo de manutenção – veículo.
- XVI - Custos e quantidade por tipo de manutenção – veículos.
- XVII - Custos e quantidades por tipo de manutenção – equipamento.
- XVIII - Veículos x manutenção preventiva.
- XIX - Pesquisa no sistema – garantia de peças e serviços.
- XX - Pesquisa no sistema – preços de peças e serviços.
- XXI - Custos por km e indicadores – veículos.

**7.1.4.3. Para a manutenção, conserto, reparo e substituição de peças e acessórios de bicicleta:**

- I - Histórico de manutenção, conserto, reparo e substituição de peças e acessórios de veículo de tração humana - bicicleta – valor das peças, valor da mão de obra, valor total do serviço, tipo, modelo, estabelecimento onde foi realizado, garantias de peça e mão de obra, quantidade de peças e total de hora da mão de obra utilizada.

**7.1.4.4. Para o transporte de veículos entre unidades da federação ou entre cidades:**

- I - Relatório de Histórico que deverá fornecer mensalmente informações sobre o transporte de veículos realizados entre unidades da federação ou entre cidades, demonstrando quantidade de veículos transportados, remetente e destinatário, e valor do frete.

7.1.5. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelos fiscais responsáveis, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

7.1.6. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante, não deverá ser superior a 2 (dois) dias úteis.

7.1.7. A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas deverão ser descentralizadas e automáticas, a partir do momento da realização das transações nos estabelecimentos conveniados.

7.1.8. A solução proposta deverá permitir a informatização dos dados de quilometragem, identificação do veículo, datas, horários, tipos de serviços realizados e peças adquiridas, através de:

7.1.8.1. Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção da frota.

7.1.8.2. Sistema de software para a captura eletrônica de dados para o gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis para os veículos oficiais da ABIN, próprios, de sua posse e alugados, nos Estados da Federação, especialmente em municípios de porte médio e nas capitais estaduais, conforme Tabela do ANEXO II.

7.1.8.3. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção da frota de veículos junto às oficinas credenciadas.

7.1.8.4. Sistema operacional para processamento das informações via web em tempo real pela Contratante e Rede Credenciada.

7.1.8.5. Registro informatizado dos dados de manutenção disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (*on-line*).

7.1.8.6. Acesso para os Gestores Regionais e Locais de Frota, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição,

emissão e consulta de relatórios, cujos níveis de acesso devem atender a indicação formalizada pela Contratante.

7.1.8.7. Informatização dos dados do veículo e respectiva unidade organizacional, da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis.

7.1.8.8. Possibilidade de adquirir peças diretamente de distribuidores credenciados, reduzindo custos com aquisição.

7.1.8.9. Processo de consolidação de dados e emissão de relatórios pela *internet*.

7.1.8.10. Rede de oficinas mecânicas equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da Contratada.

7.1.8.11. Interface digital (oficinas x Contratante).

7.1.8.12. Orçamento eletrônico com acesso *on-line* (as oficinas credenciadas cadastrarão os orçamentos diretamente no sistema via *web*).

7.1.8.13. Banco de dados dos históricos de orçamentos e de manutenções realizadas.

7.1.8.14. Planilha de custos por marca/modelo/departamento.

7.1.8.15. Histórico de manutenção por veículo.

7.1.8.16. Ferramenta *on-line* para avaliação e autorização de serviço.

7.1.8.17. Relatório de custos por setor/superintendência/centro de custos.

7.1.8.18. O sistema deverá ser compatível com os sistemas operacionais, navegadores e ferramentas de escritório utilizados pela Contratante, sendo de responsabilidade da proponente quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

7.1.8.19. Deverá ser fornecida, sem nenhum custo adicional para Contratante, ferramenta capaz de possibilitar que os fiscais realizem, *on-line*, consulta à tabela de preços do fabricante de cada peça desejada, que pode ser o Sistema AUDATEX MOLICAR, ou outro instrumento hábil equivalente técnico, assim como consulta às tabelas de tempo de mão de obra padrão, extremamente necessária para fiscalização dos orçamentos apresentados pelas oficinas credenciadas. O Sistema deverá ser composto por módulos de orçamentos e de consulta rápida de preços de peças para caminhões, automóveis e motocicletas e que atendam, no mínimo, as seguintes exigências:

I - Software de automação auto instalável, para aplicação preferencialmente em *desktops*, mas podendo ser disponibilizado em versão para *notebooks*, *tablets*, *smartphones* ou celulares, com licença para, no mínimo, três servidores e possibilidade de outros pontos adicionais.

II - Possibilidade de emissão de orçamentos eletrônicos de veículos, permitindo a avaliação de danos em veículos gerando orçamentos contendo código das peças e tempo de realização dos serviços de mão de obra para manutenção, chapeação e pintura, objetivando verificar a conformidade de preços.

III - Os preços das peças deverão ser atualizados no máximo mensalmente, ou de acordo com as alterações de preços das peças pelos fabricantes de cada marca, não sendo aceito valor diferente, caso não seja apresentada a atualização de tabelas, valendo para fins de aceitação do orçamento, o valor constante na última tabela apresentada.

IV - Inclusão permanente de novos veículos nos bancos de dados (modelos, peças e tempos de mão de obra).

V - Possibilidade de busca de peças por nome, código ou através da identificação da imagem/figura da peça do veículo (marca, modelo, ano e motorização).

7.1.9. O Sistema deverá possibilitar à Contratante, por meio da rede credenciada da Contratada, aquisição de quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo solicitado, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotivos e afins, definidas pelas seguintes características e procedências:

7.1.9.1. Originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo, ou

7.1.9.2. Originais, do fabricante fornecedor da montadora dos veículos, atendidos os mesmos padrões e níveis de



qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo, ou

7.1.9.3. De outros fabricantes, cujo produto atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração.

7.1.9.4. De uso automotivo, independente de recomendação/indicação do fabricante, desde que seja certificado para o modelo do veículo a ser reparado.

7.1.10. O sistema deverá possibilitar a realização de abastecimento de combustível, manutenção preventiva, corretiva e outras prestações de serviços, conforme segue:

7.1.10.1. Gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis para abastecimento de veículos da ABIN.

7.1.10.2. Manutenção preventiva, que tem como objetivo principal, mediante uma introdução sistemática regular de revisões e serviços, garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes ou mesmo à paralisação do veículo.

7.1.10.3. Manutenção corretiva, que visa tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos, bem como reparar pequenas avarias.

7.1.10.4. Manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar a Contratante com relação aos veículos com garantia de fábrica, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas.

7.1.10.5. Prestação de serviços de mão de obra, que deverão ser realizados através de profissionais qualificados em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia.

7.2. Da implantação do sistema:

7.2.1. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo que se fizer necessário para o bom funcionamento do sistema, será de responsabilidade da Contratada, cuja previsão de cobertura está na taxa de Administração estabelecida no instrumento contratual a ser assinado, não cabendo qualquer ônus adicional à Contratante, não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informação utilizados pela Agência Brasileira de Inteligência.

7.2.2. A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de manutenção de frota, e apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da Contratante, deverá ocorrer num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

7.2.2.1. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados no prazo máximo de 05 dias após informações prestadas pela Contratante.

7.2.3. Para a implantação do sistema não poderá ocorrer modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos.

7.3. Do treinamento:

7.3.1. Sem qualquer custo adicional, a Contratada deverá ministrar programa de capacitação de pessoal a gestores ou fiscais indicados pela Contratante que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, inclusive nas Superintendências Estaduais, de maneira a se obter maior eficiência e eficácia na utilização do sistema.

7.3.2. A Contratada deverá reapplicar o treinamento acima quando solicitado pela Contratante, nos moldes equivalentes àqueles definidos no item anterior.

7.3.3. Disponibilizar treinamentos em vídeo das operações básicas do sistema, para replicação do conhecimento entre os servidores das Superintendências Estaduais do órgão;

7.3.4. Quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir a necessidade.

7.4. Da estrutura da rede credenciada de oficinas:

7.4.1. A Contratada deverá optar pela rede de estabelecimentos especializados em serviços técnicos de manutenção de veículos que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

7.4.1.1. Possuir microcomputador, impressora e conexão à *Internet*.

7.4.1.2. Dispor de estrutura física, técnica, de ferramental e equipamentos para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade.

7.4.1.3. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças e componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da Contratante, nas suas instalações, independentemente da marca do veículo.

7.4.1.4. Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados.

7.4.1.5. Devolver os veículos para a Contratante em perfeitas condições de funcionamento.

7.4.1.6. Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela Contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços e desde que aprovados pela Contratante.

7.4.1.7. Efetuar garantia de todos os serviços e troca de peças que realizar.

7.4.1.8. Estar apta a emissão de notas fiscais eletrônicas, em conformidade com o Protocolo ICMS pertinente.

7.4.2. A Contratada será a única responsável por garantir que as oficinas credenciadas atendam às exigências descritas no item 7.4.1.

7.4.3. A critério da Administração, havendo necessidade de credenciamento de novas oficinas, o prazo para conclusão do processo será de 30 dias corridos a partir da solicitação da Contratante.

7.5. Da estrutura da rede credenciada de postos de lavagem:

7.5.1. O estabelecimento credenciado deverá aceitar o cartão magnético como forma de pagamento.

7.5.2. O preço praticado deverá ser o de mercado.

7.6. Das localidades onde deve existir rede credenciada:

7.6.1. O atendimento de solicitação de manutenção automotiva em geral, preventiva e corretiva, com prestação de serviços e troca de peças e acessórios, **deverá ocorrer, obrigatoriamente**, nas localidades descritas no Anexo II, onde deverá existir um mínimo de 03 (três) estabelecimentos credenciados durante toda vigência contratual, capazes de atender as marcas e modelos descritas no Anexo I deste Termo de Referência.

7.6.2. Objetivando suprir todas as revisões necessárias para manutenção de garantia de fábrica, deverão existir, obrigatoriamente, concessionárias credenciadas de todas as marcas listadas no Anexo I, nas capitais de todos os estados da Federação e, sempre que possível, nos municípios descritos no Anexo II.

7.6.3. Não sendo possível atender as necessidades da Contratante em alguma localidade referenciada nos itens anteriores, a Contratada deverá apresentar justificativa formal escrita para o fiscal do contrato no prazo máximo de 15 dias a contar da data-limite estabelecida para credenciamento da rede ou, *a posteriori*, sob provocação da Contratante. O fiscal analisará os motivos expostos e, uma vez comprovada a real dificuldade de credenciamento, acatará a justificativa. Ainda, em conjunto com o representante da empresa, apontará para a melhor solução.

7.6.3.1. Na ocorrência do descrito no item 7.6.3, a Contratada deverá providenciar o reparo na localidade mais próxima da unidade de lotação do veículo oficial a ser mantido, sendo que esse deslocamento será realizado às suas expensas, nos casos em que a viatura apresente defeito que a imobilize.

7.7. Da subcontratação por empresas credenciadas:

7.7.1. Quando alguma peça ou serviço não for encontrado na rede credenciada, em caráter excepcional, um estabelecimento credenciado poderá subcontratá-los.

7.7.2. Somente será aceita a subcontratação de serviços a partir de uma credenciada, desde que com apresentação prévia de justificativa ao fiscal responsável pelo contrato.

7.7.3. Quando não for possível que a própria oficina credenciada realize determinado serviço ou forneça algum produto, o fiscal do contrato deverá ser previamente informado, possibilitando a melhor solução, considerando as

previsões descritas nos itens 7.6.1, 7.6.2 e 7.7.2, bem como a exceção descrita no item 7.6.3.1.

7.7.4. Nenhuma subcontratação por empresas credenciadas para aquisição de peças ou serviços será paga se não tiver sido submetida a apreciação e aprovação prévia do fiscal responsável.

7.7.5. Ocorrendo a autorização para subcontratação por empresas credenciadas, os valores cobrados não podem ser maiores que os constantes nas tabelas das montadoras (peças e serviços), aplicados os descontos contratados.

7.7.5.1. Havendo algum produto ou serviço que não conste nas tabelas das montadoras, o Fiscal do contrato deverá efetuar a consulta de preços de mercado, para atestar a conformidade dos valores cobrados.

7.8. Dos produtos a serem fornecidos e dos serviços a serem prestados pela rede credenciada:

7.8.1. A manutenção e conservação dos veículos da Contratante, através de reparação automotiva, revisões em garantia, revisões preventivas e corretivas realizadas por rede credenciada de oficinas, deverá compreender os serviços de mão de obra referentes à execução de reparos, conservação e recuperação de veículos, com fornecimento de peças, acessórios e materiais específicos necessários à execução dos serviços relativos à correta manutenção do veículo, incluindo-se:

a) Mecânica Geral	Consiste em serviços de mecânica em motor, retifica, caixa de câmbio, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bomba e bicos injetores, sistema de freios e embreagem e todos os outros serviços afins, incluindo-se a manutenção de garantia, a ser realizada, exclusivamente, na concessionária autorizada do fabricante do veículo de outros serviços afins.
b) Lanternagem e funilaria	Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio e madeira (tipo baú), solda em geral e todos os outros serviços afins.
c) Pintura / Estufa	Consiste em serviços de pintura automotiva externa e interna, com polimento, cristalização, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida e todos os outros serviços afins.
d) Capotaria	Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo não só a tapeçaria, como também a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins.
e) Sistema Elétrico	Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos como faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e todos os outros serviços afins.
f) Sistema Hidráulico	Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros), e todos os outros serviços afins.
g) Borracharia completa	Consiste em aplicação de remendos em pneus com e sem câmara de ar, vulcanização, troca de pneus, de câmaras de ar, colocação de rodas, calotas, desempenho e recuperação de rodas de ferro ou de liga leve, bicos e todos os outros serviços afins.

7.8.2. A manutenção preventiva refere-se à execução de serviços obrigatórios de revisões estimadas no manual do proprietário/conductor, levando-se em conta a quilometragem de 1.000, 5.000, 10.000, 15.000, etc., prevendo eventuais quebras e defeitos nos veículos, mantendo-os em perfeito estado de uso, incluindo-se as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento do veículo, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações da Contratante.

7.8.3. A manutenção corretiva destina-se a repor o veículo em perfeito estado de uso, mediante a substituição autorizada de peças que se apresentarem danificadas, gastas ou defeituosas e/ou execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao restabelecimento das condições do veículo, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais.

7.8.4. As peças danificadas ou impróprias para uso, seja por desgaste, defeito de fabricação ou quebra decorrente do uso normal dos equipamentos, deverão ser substituídas por peças novas, de primeiro uso, originais ou recomendadas pelo fabricante, com garantia de fábrica/montadora e os serviços prestados deverão ter garantia expressa no orçamento fornecido pelas credenciadas da Contratada.

7.8.5. Excepcionalmente, quando não houver disponibilidade de peças novas e originais no mercado e mediante comprovação por parte da credenciada pela Contratada, poderá ser admitida a substituição por peça definida no item 7.1.9.4.

7.8.6. Na hipótese de instalação inadequada de peça, componente ou acessório, a Contratada deverá providenciar a imediata regularização, sem quaisquer ônus para o Contratante.

7.8.7. As peças e acessórios substituídos pelas credenciadas da Contratada deverão ser entregues à Contratante no ato do recebimento do veículo devidamente consertado.

7.8.8. O prazo para a resposta de solicitação de orçamento por parte das credenciadas deverá ocorrer em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas, após a solicitação.

7.8.9. O prazo limite para a execução dos serviços pela credenciada da Contratada será de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de autorização da realização do serviço, salvo se for apresentada justificativa prévia por parte da credenciada aceita pela Contratante.

7.8.10. Os serviços de assistência técnica e manutenção deverão ser prestados de forma ininterrupta no mínimo no período de 8h as 18h, nos dias úteis, e de 9h as 12h, aos sábados, excetuando-se os serviços de guincho e socorro mecânico que devem estar disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana.

7.8.11. O óleo utilizado nas trocas de óleo do motor, câmbio e direção hidráulica devem seguir as especificações estabelecidas ou recomendadas pelos fabricantes, bem como o prescrito na Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005.

7.8.12. O local de execução dos serviços será a oficina da credenciada da Contratada, cujo endereço, telefone e nome do responsável deve constar no orçamento ou, em casos de emergência, no local onde se encontrar o veículo impossibilitado de deslocamento, desde que autorizado pela Contratante.

7.8.13. A oficina credenciada pela Contratada deverá informar à Contratante, via sistema, o prazo de conserto do veículo, a relação dos serviços (mão de obra) e as peças necessárias para execução do mesmo, com a devida descrição (marca/modelo/quantidade).

7.8.14. Caso a oficina credenciada não preste seus serviços a contento, a Contratante comunicará o fato à Contratada, resguardando-se do direito de não mais utilizar os serviços prestados pelo estabelecimento.

7.8.15. Os valores dos serviços, peças, componentes e materiais serão informados quando da elaboração dos orçamentos pelas oficinas cadastradas no sistema via web, para análise e aprovação pela Contratante, e nunca poderão ser superiores àqueles constantes nas tabelas de preços do fabricante da marca, sob pena de não aceitação e necessidade de reformulação do orçamento. Quando for apresentado orçamento para substituição de peças, esse deverá conter código, descrição, marca, quantidade, valor unitário e total.

7.8.16. A manutenção deverá ocorrer, de acordo com o tempo padrão estabelecido nas tabelas do fabricante da marca, que deverá ser mencionada no orçamento realizado e enviado para aprovação da Contratante.

7.8.17. Os serviços deverão ser realizados através de profissionais qualificados, em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia, sendo que não serão aceitas reincidências de defeito, com repetidos retornos às oficinas, por serviços já executados, ficando desde já estabelecido que a Contratada deverá apresentar justificativas por escrito dos problemas geradores das reincidências, sob pena de sofrer as sanções previstas neste Termo de Referência.

7.8.18. Os serviços somente poderão ser executados após o envio *on-line/real time*, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente *web* da Contratada, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela Contratante, que se pronunciará após análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

7.8.19. O veículo submetido a serviços/troca de peças, deverá ser lavado, a fim de ser entregue limpo à Contratante, sempre que passar mais de 24 (vinte e quatro) horas no estabelecimento credenciado.

7.9. Da recepção e aceitação dos serviços:

7.9.1. A recepção dos serviços não implica na sua aceitação definitiva, que dependerá da verificação da qualidade dos mesmos pelo Gestor da frota responsável pela unidade de lotação do veículo a ser mantido, designado para tal, pela Contratante.

7.9.2. A recepção do veículo será feita por servidor lotado na ABIN – SEDE e nas Superintendências Estaduais, que verificará seu correto funcionamento, comunicando em seguida ao fiscal responsável pelo veículo, qualquer inconsistência observada.

7.9.3. Ocorrendo o previsto no item anterior, ainda que a Contratada já tenha emitido nota fiscal, esta só será liquidada após resolução plena do defeito constatado, sendo que peças, suprimentos e acessórios não aceitos, devem ser substituídos imediatamente após solicitação do fiscal responsável, que pode ser feita via telefone, correio eletrônico, e-mail ou ofício.

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo máximo de 03 dias úteis a partir da solicitação do fiscal responsável, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.10. Da garantia das peças, materiais e dos serviços:

7.10.1. A Contratada deve conceder garantia dos serviços/peças, na forma a seguir:

7.10.1.1. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva, devem apresentar garantia mínima de 03 (três) meses, contados da efetiva prestação dos serviços.

7.10.1.2. Para os serviços de balanceamento de rodas, alinhamento e geometria, de 03 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, sendo que, neste caso, a garantia se estenderá ao que terminar por último.

7.10.1.3. Para os serviços de lanternagem e pintura, contado da efetiva prestação dos serviços, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses. Para as peças, componentes e acessórios, contados a partir da data da efetiva instalação no veículo, não poderá ser inferior a 03 (três) meses.

7.10.1.4. Serviços e peças utilizados em serviços de retífica de bloco e/ou cabeçote de motor e seus componentes, caixa de câmbio, diferencial, motor de partida, bomba injetora, turbinas, bomba da direção hidráulica, compressor de ar-condicionado, contados da data da efetiva prestação do serviço, 06 (seis) meses ou 15.000 (quinze mil) quilômetros, sendo que a garantia se estenderá ao que terminar por último, quando o fabricante da peça não oferecer prazo maior de garantia, devendo, em caso de prazo de garantia superior, prevalecer a garantia oferecida pelo fabricante.

7.10.1.5. Para os serviços em câmbio e suspensão, contados a partir da data da efetiva prestação dos serviços, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses ou 15.000 km, o que ocorrer por último.

7.10.1.6. Demais serviços e peças: 03 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, sendo que a garantia se estenderá ao que terminar por último, quando o fabricante da peça não oferecer prazo maior de garantia, devendo, em caso de prazo de garantia superior, prevalecer a garantia oferecida pelo fabricante. A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o termino ou rescisão do contrato.

7.11. Da frota automotiva a ser gerenciada:

7.11.1. O objeto deste Termo de Referência refere-se ao gerenciamento de manutenção de veículos ativos, pertencentes à frota da Contratante, considerando além da frota atual disponível, aqueles veículos que possam vir a ser adquiridos ao longo da vigência da contratação, ou que estejam cedidos, transferidos, alugados ou que estejam na posse legal da ABIN, face à necessidade de restar assegurado um contingente adequado de veículos circulantes, considerando as atividades precípuas do órgão e seu emprego imediato.

7.11.2. O quantitativo atual de veículos da ABIN é o constante no Anexo I deste Termo de Referência, onde constam também as características dos veículos, bem como sua distribuição.

## 8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

8.1. A gestão do contrato será realizada por servidor designado formalmente para que seja garantido o seu fiel cumprimento.

8.2. A contratada deverá disponibilizar uma central de atendimento telefônico à disposição da CONTRATANTE para dirimir eventuais dúvidas ou dificuldades com o manejo do sistema cujo serviço esteja de acordo com o Decreto Presidencial nº 6.523, de 31 de julho de 2008 e demais portarias regulamentadoras.

8.3. Além da central de atendimento, a empresa ficará ainda responsável por disponibilizar um número de telefone celular para eventuais contatos gerenciais de emergência com um consultor apto a dirimir eventuais necessidades contratuais.

8.4. Os Indicadores que regerão os critérios para avaliação do IMR, terão como base os graus relacionados na Tabela 1 - Graus para avaliação do IMR, a qual servirá como referência para a área administrativa.

<b>Indicador 01</b>	
<b>Nº 01 – Quantidade de advertências em um período de 12 (doze) meses.</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Garantir que os serviços de manutenção e abastecimento sejam realizados sem quaisquer interferências.
Meta a cumprir	Não acumular 04(quatro) advertências em um período de 12 (doze) meses
Instrumento de medição	Planilha de acompanhamento de fiscalização.
Forma de acompanhamento	Verificação, no registro de ocorrências da empresa, por servidor do ABIN, do quantitativo de advertências realizadas no período de 12(doze) meses.
Periodicidade	Anual

Mecanismo de Cálculo	Número de advertências no período de 12(doze) meses < 4
	Número de advertências no período de 12(doze) meses = ou maior que 4
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Nº de advertências no período de 12(doze) meses < 4 - 100% da fatura
	Nº de advertências no período de 12(doze) meses = ou maior que 4 - 80% da fatura
Sanções	-
Observações	-

Indicador 02	
<b>Nº 02 – Quantidade de advertências em um período de 6 (seis) meses.</b>	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que os serviços de manutenção e abastecimento sejam realizados sem quaisquer interferências.
Meta a cumprir	Não acumular 02(duas) advertências em um período de 6 (seis) meses.
Instrumento de medição	Planilha de acompanhamento de fiscalização.
Forma de acompanhamento	Verificação, no registro de ocorrências da empresa, por servidor do ABIN, o quantitativo de advertências realizadas no período de 6(seis) meses.
Periodicidade	Semestral
Mecanismo de Cálculo	Número de advertências no período de 06(seis) meses < 2
	Número de advertências no período de 06(seis) meses = ou maior que 2

Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Nº de advertências no período de 06(seis) meses < 2 - 100% da fatura
	Nº de advertências no período de 06(seis) meses = ou maior que 2 - 90% da fatura
Sanções	-
Observações	-

Indicador 03	
<b>Nº 03 – Quantidade de dias com paralisação dos serviços solicitados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, que sejam justificados e aceitos pela ABIN.</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Garantir que os serviços de manutenção e abastecimento sejam realizados sem quaisquer interferências.
Meta a cumprir	Não interromper a prestação dos serviços.
Instrumento de medição	Planilha de acompanhamento de fiscalização.
Forma de acompanhamento	Verificação, por servidor do ABIN, de possíveis interrupções no serviço contratado.
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de Cálculo	Nº de dias de paralisação dos serviços = 2
	Nº de dias de paralisação dos serviços de 3 a 4 – 95 % da fatura
	Nº de dias de paralisação dos serviços de 5 a 6 – 90 % da fatura
	Nº de dias de paralisação dos serviços acima de 6 – 85 % da fatura
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato



Faixas de ajuste no pagamento	Nº de dias de paralisação dos serviços = 2 - 95% da fatura
	Nº de dias de paralisação dos serviços de 3 a 4 – 90 % da fatura
	Nº de dias de paralisação dos serviços acima de 5 – 85 % da fatura
Sanções	Faixa de 85 % - multa de 0,2% até 4,1% pela inexecução parcial
Observações	-

## 9. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Tendo em vista o objeto deste Termo de Referência, o referido item não se aplica.

## 10. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Para o abastecimento de veículos automotor:

10.1.1.1. A quantidade e localização dos veículos nas Superintendências Estaduais está disposta no Anexo I deste Termo de Referência, havendo possibilidade de abastecimento dos veículos na SEDE, em Brasília;

10.1.1.2. A previsão de custo anual de abastecimento é de R\$ 188.098,61.

10.1.2. Para a manutenção de veículos:

10.1.2.1. A quantidade de veículos, incluso veículos automotores e de tração humana, está disposta no Anexos I deste Termo de Referência;

10.1.2.2. A previsão de custo anual de manutenção é de R\$ 579.265,44.

10.1.3. Para a lavagem de veículos automotores:

10.1.3.1. Estima-se 4 (quatro) lavagens mensais por veículo automotor das Superintendências Estaduais;

10.1.3.2. A quantidade de veículos nas Superintendências Estaduais está disposta no Anexo I deste Termo de Referência;

10.1.3.3. A previsão de custo anual de lavagem de veículos é de R\$ 208.647,36.

## 11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Expedir autorização de serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- 11.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.5. Rejeitar no todo ou em parte os serviços e/ou soluções executados em desacordo com as obrigações assumidas pela licitante vencedora;
- 11.6. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.8.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.8.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.8.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.9. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.11. Receber, apreciar e manifestar-se sobre justificativas apresentadas pela Contratada para prestação de serviço em nível de conformidade abaixo do exigido nos termos do contrato e dos instrumentos licitatórios, resultantes exclusivamente de fatos e fatores imprevisos, imprevisíveis, fortuitos ou de força maior, alheios ao controle do prestador;
- 11.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Disponibilizar o sistema informatizado integrado de gerenciamento de frota veicular, incluindo veículos de tração humana (bicicletas), sem ônus para a Contratante, conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Executar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato, a implantação do sistema informatizado, compreendendo o treinamento de servidores do órgão, a disponibilização e a parametrização do sistema, o cadastramento dos veículos da frota da Contratante, o fornecimento dos cartões magnéticos e a disponibilização dos fornecedores credenciados;
- 12.3. Oferecer, sem ônus para a Contratante, programa de capacitação de pessoal para os gestores do contrato, administradores e usuários indicados pela Contratante, com duração mínima de 8 (oito) horas, a ser realizado presencialmente na sede do órgão Contratante, em Brasília, no qual inclua:
- a) Operações de cadastramento, parametrização de cartões e limite de crédito;
  - b) Detalhamento dos procedimentos para utilização do *software* de gestão e emissão de relatórios;

c) Informações relativas a falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;

d) Aplicação prática do sistema, tanto no serviço de abastecimento, quanto na descrição de serviços de manutenção, no recebimento de cotações e na escolha de fornecedores.

12.4. Reaplicar o treinamento acima sempre que houver necessidade durante a prestação do serviço, desde que expressamente solicitado pela Contratante, sem custo adicional;

12.5. Disponibilizar treinamentos em vídeo das operações básicas do sistema, para replicação do conhecimento entre os servidores das Superintendências Estaduais do órgão;

12.6. Aplicar treinamento para nivelamento de conhecimento quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, sem ônus à Contratante, podendo este ser realizado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir essa necessidade;

12.7. Estar ciente de que, para a implantação do sistema, não será permitida modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos da frota da Contratante;

12.8. Fornecer, gratuitamente, os cartões magnéticos necessários à realização dos serviços para cada carro cadastrado ou informado pela Contratante, inclusive em casos de perda, extravio ou incorporação de novos veículos à frota, em prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da requisição expedida pela Contratante;

12.8.1. Em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo, encaminhar em até 24 (vinte e quatro) horas os motivos do seu descumprimento;

12.9. Reparar, corrigir, remover ou substituir, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, as peças substituídas ou os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela Contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia;

12.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.11. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.12. Manter uma equipe de supervisores responsáveis pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a Contratante;

12.13. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão em suas instalações para a execução do serviço com, no mínimo, 1 (um) dia útil de antecedência;

12.14. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações da Contratante;

12.15. Apresentar relação de sua rede credenciada em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato;

12.16. Manter rede de fornecedores credenciados conforme as exigências deste Termo de Referência, durante toda a vigência contratual;

12.17. Manter, em local visível, nas oficinas e estabelecimentos credenciados, a identificação de sua adesão ao sistema objeto do Contrato;

12.18. Comunicar à Contratante, em até 30 (trinta) dias, a inclusão de estabelecimento credenciado junto à rede da Contratada;

12.19. Comunicar à Contratante toda exclusão de estabelecimento credenciado, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, justificando o motivo e garantindo que será obedecido o número mínimo indicado neste Termo de Referência;

12.20. Informar às credenciadas que são de inteira responsabilidade destas as obrigações decorrentes da legislação trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, de acidente de trabalho e as demais previstas na legislação específica, inclusive relativas aos recursos humanos de suas credenciadas, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.21. Utilizar somente empregados registrados pelas suas credenciadas para realização dos serviços de gestão

de frota a que se refere a presente contratação;

- 12.22. Disponibilizar, sempre que solicitado pelo Contratante, os comprovantes de pagamentos à rede de estabelecimentos credenciados;
- 12.23. Responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados, sendo que a Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento;
- 12.24. Fornecer à Contratante todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, tais como preços de combustível praticados, códigos de peças, tabela de preços, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, tabelas de tempo de serviço e reparos, além de apresentar no mínimo três orçamentos das oficinas credenciadas, a cada solicitação de serviços, para que a Contratante verifique o que for mais adequado ao caso;
- 12.25. Disponibilizar, em sítio eletrônico, meios de navegação capazes de gerenciar a gestão da frota, por meio do acompanhamento de todas as operações em andamento, avaliação dos orçamentos, bem como novas solicitações. Ainda, o sistema deverá interagir com os usuários, gestores da frota e prestadores de serviço, respeitando os níveis de acesso que forem determinados pelo Contratante, com segurança que comprove que o sistema informatizado possui as funcionalidades descritas neste Termo de Referência;
- 12.26. Possibilitar à Contratante adquirir, por meio da rede credenciada da Contratada, quaisquer serviços de abastecimento, transporte de veículos, manutenção, peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivos solicitados conforme descritos neste Termo de Referência, sejam eles distribuídos ou comercializados por postos de abastecimento, pelo fabricante ou por montadora dos veículos e/ou através da rede de concessionárias ou pelo comércio e indústria automotivos;
- 12.27. Enviar para a Contratante, por meio de sistema informatizado, orçamentos dos serviços necessários a serem aplicados nos veículos, com as descrições de peças, lubrificantes, componentes, produtos e serviços com os respectivos tempos de execução em horas centesimais e preços líquidos, bem como apresentar tabela de valores das concessionárias, para fins de verificação e aprovação;
- 12.28. Garantir que o preço praticado pela sua rede credenciada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, de garantia e todos os demais serviços e materiais referentes à manutenção da frota, estará em conformidade com os valores da proposta apresentada, e ainda com a Tabela de Preço e Tabela de Tempos Padrão de Reparos (tabela tempária) adotada pelo fabricante da marca, ou aquele preço que, por ocasião de campanhas promocionais de vendas e serviços, estejam sendo praticados pela rede credenciada, caso sejam menores que os limites supra referidos, aplicados os descontos contratuais, estabelecidos neste Termo de Referência;
- 12.29. Garantir que os preços cobrados na rede credenciada de postos de combustível terão como limite o preço de abastecimento da bomba à vista;
- 12.30. Fornecer completo suporte de utilização e reparação do sistema, mantendo-o totalmente operacional em pelo menos 90% (noventa por cento) do dia, provendo meios de operacionalizá-lo caso ocorra alguma falha no sistema eletrônico;
- 12.31. Cumprir fielmente o que estabelece as cláusulas e condições do contrato, de modo a manter os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeitos, efetuando-se verificações, consertos e lubrificações que se fizerem necessários, bem como todos os demais serviços recomendados para uma manutenção adequada;
- 12.32. Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, em rigorosa observância aos detalhes e Ordens de Serviços emanadas e/ou aprovadas pela Contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, utilizando mão de obra especializada e materiais que estejam dentro do prazo de validade, tudo de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da Contratante, conforme especificado neste Termo de Referência;
- 12.33. Fiscalizar a execução dos serviços solicitados, através de relatórios contendo as informações necessárias à identificação dos veículos objetos da manutenção, os laudos técnicos dos problemas apresentados e o histórico dos serviços realizados, com a devida comprovação da troca de peças e demais equipamento e/ou serviços aplicados;
- 12.34. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

- 12.35. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.36. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.37. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.38. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos.
- 12.39. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.40. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.41. Responsabilizar-se por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, inclusive os equipamentos acessórios, causados por seus empregados, prepostos ou credenciados, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade à Contratante, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;
- 12.42. Observar que, sempre que houver necessidade de testes externos com os veículos da CONTRATANTE, em nenhuma hipótese poderão ser realizados em período noturno, sendo a segurança pessoal do condutor que realizar os testes de exclusiva responsabilidade do credenciado da Contratada;
- 12.43. Obedecer, quando em testes externos, às normas de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro, cabendo à Contratada e suas credenciadas a total responsabilidade, civil e penal em caso de acidentes de trânsito ou cometimento de infrações com o veículo da Contratante, devendo a Contratada indicar o condutor e apresentar os demais documentos solicitados para o devido preenchimento da respectiva notificação de autuação expedida pelo Órgão de Trânsito;
- 12.44. Reembolsar a Contratante em caso de qualquer prejuízo advindo de imposição de multas de trânsito ou acidentes com seus veículos, quando estes estiverem sob a guarda/responsabilidade da Contratada e suas credenciadas, independente da apuração por parte da autoridade competente.
- 12.45. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.46. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.47. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.48. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.49. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.50. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

- 12.51. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.52. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.53. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.54. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.55. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.55.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.55.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.56. Observar, no que couber, e exigir de sua rede conveniada rigorosa atenção à legislação ambiental em vigor, bem como os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 12.57. Quanto aos critérios de sustentabilidade, deverão ser respeitados, pela contratada ou por meio de sua rede credenciada, os seguintes dispositivos:
- 12.57.1. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
  - b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
  - c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.
- 12.57.2. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:
- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
  - b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
  - c) lançamento em corpos d’água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.
- 12.57.3. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da

contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

12.57.4. As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

12.57.5. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

### 13. DO SIGILO

13.1. A Contratada deve:

13.1.1. Manter sigilo relativo ao objeto, a sua execução e aos dados e informações postos à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma, sob as penas da lei;

13.1.2. Adotar procedimentos de segurança adequados, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto, aos dados e às informações postos à sua disposição;

13.1.3. A critério da Contratante, apresentar certidões dos distribuidores cíveis e criminais emitidas pela Justiça Estadual ou do Distrito Federal, se for o caso, dos locais em que a pessoa residiu nos últimos cinco anos, bem como da Justiça Federal e da Justiça Militar Federal e Estadual, e outros documentos que sejam necessários à elucidação de pendências e dúvidas surgidas nos processos de contratação e gestão;

13.1.4. Receber, a critério da Contratante, inspeções para habilitação de segurança e sua manutenção;

13.1.5. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto da contratação.

13.2. Este contrato poderá ser alterado para a inclusão de cláusula de segurança não estipulada por ocasião de sua assinatura.

13.3. A empresa vencedora será responsabilizada criminalmente no caso de exposição dos dados dos veículos de que venha a ter conhecimento; bem como fatos e/ou informação sobre a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN de que tenha conhecimento em decorrência dos serviços vinculados a este Termo de Referência.

13.4. Na hipótese de infração ao dever de sigilo, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções previstas no Art. 33 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011:

13.4.1. Advertência;

13.4.2. Multa;

13.4.3. Rescisão do contrato com o poder público;

13.4.4. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

13.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

### 14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Será permitido, em caráter excepcional, a subcontratação apenas dos serviços de manutenção e transporte de veículos quando alguma peça ou serviço não for encontrado na rede credenciada.
- 14.2. Somente será aceita a subcontratação de serviços a partir de uma credenciada, desde que com apresentação prévia de justificativa feita pela Contratada ao fiscal responsável pelo contrato.
- 14.3. A Contratada será a responsável por localizar o estabelecimento a ser subcontratado e apresentar descrição detalhada dos valores apresentados no orçamento (descrever serviços, peças e demonstrar qual a carga tributária), considerando que a CONTRATANTE não poderá arcar com ônus maior que o necessário por insuficiência da rede da CONTRATADA.
- 14.4. O estabelecimento intermediador não poderá obter lucro na subcontratação.
- 14.5. Quando não for possível que a própria oficina credenciada realize determinado serviço ou forneça algum produto, o fiscal do contrato deverá ser previamente informado, possibilitando a melhor solução.
- 14.6. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 14.7. Ocorrendo a autorização para subcontratação por empresas credenciadas, os valores cobrados não podem ser maiores que os constantes nas tabelas das montadoras (peças e serviços), aplicado o desconto contratado.
- 14.7.1. Havendo algum produto ou serviço que não conste nas tabelas das montadoras, o Fiscal do contrato deverá efetuar a consulta de preços de mercado, para atestar a conformidade dos valores cobrados, sobre os quais deverão incidir o desconto.
- 14.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 14.9. Os serviços de abastecimento deverão ser realizados pela rede credenciada da Contratada, sendo vedada a subcontratação nestes casos.

## 15. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 16. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 16.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



16.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto no Anexo III, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

16.17.1. Acompanhamento e controle da prestação dos serviços e oferta de produtos solicitados, tomando como referência a ordem de serviço e o orçamento aprovado pela CONTRATANTE, conforme o Modelo de Execução do Objeto e o Modelo de Gestão do contrato e critérios de medição;

16.17.2. Verificação da conformidade entre o solicitado pela CONTRATANTE e o realizado pela CONTRATADA;

16.17.3. Monitoramento do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, conforme os ditames deste Termo de

Referências, inclusive quanto à avaliação técnica da execução do objeto, utilizando-se do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), seguindo o modelo previsto no Anexo III, dentre outros procedimentos de fiscalização.

16.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

17.1. No prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá realizar a implantação do sistema informatizado, compreendendo o treinamento de servidores do órgão, a disponibilização e a parametrização do sistema, o cadastramento dos veículos da frota da Contratante, o fornecimento dos cartões magnéticos e a disponibilização dos fornecedores credenciados.

17.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar o sistema informatizado integrado de gerenciamento de frota veicular, incluindo veículos de tração humana (bicicletas), sem ônus para a Contratante, conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.3. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.4.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.4.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.4.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.4.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.4.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.4.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.4.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou,

em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

I - Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado em moeda corrente, mediante ordem bancária, em conta corrente da Contratada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada, sobre a qual será aplicado o desconto, contendo o nº do CNPJ da empresa, nº da conta bancária, nome do banco e da respectiva agência bancária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do atesto.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1. o prazo de validade;

18.4.2. a data da emissão;

18.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4. o período de prestação dos serviços;

18.4.5. o valor do desconto;

- 18.4.6. o valor a pagar; e
- 18.4.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.5. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.5.1. não produziu os resultados acordados;
- 18.5.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.5.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$\frac{(6}{100)}$$

$$I = 0,00016438$$

$$I = (TX)$$

$$I = 365$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

- 18.16. O pagamento efetuado pela ABIN não isenta a contratada de suas obrigações e responsabilidades.
- 18.17. É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.
- 18.18. A ABIN somente pagará pelos serviços prestados nos moldes deste instrumento, não ficando impedida de realizar outras licitações de manutenção e abastecimento veicular, se julgar necessário, durante a vigência deste contrato.

## 19. REAJUSTE

- 19.1. Considerando as peculiaridades da contratação, o valor do contrato decorre do somatório de despesas com o gerenciamento, abastecimento, manutenção, transporte e lavagem veicular, acrescidas de taxa de administração acordada entre as partes.
- 19.2. A taxa de administração – que poderá ser positiva, zero por cento, ou negativa – será fixada e inalterada durante a vigência da contratação.
- 19.3. Para readequar os valores contratados às variações de mercado e evitar o encolhimento do poder de compra da Administração, poderá ser realizado reajuste de preços, solicitado pela área técnica, ou pela Contratada, mediante apresentação de justificativa que comprove a necessidade, cuja autorização deve ser emanada pela autoridade competente.
- 19.4. Devido à inexistência de índice setorial ou específico, aplicar-se-á o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
- 19.4.1. O índice a ser aplicado será aquele resultado da soma relativa aos 12 meses de vigência.
- 19.5. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 19.5.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 20.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por

descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.12. Será considerada extinta a garantia:

20.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017

20.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
---	--

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03



10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde fique comprovado que a licitante executou ou está executando serviços de gestão de abastecimento, manutenção e lavagem de veículos por meio de sistema informatizado, com rede credenciada de postos e oficinas em âmbito nacional,

com quantidades e prazos semelhantes ao objeto da presente licitação, conforme § 1º do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, respeitado, ainda, o seguinte:

- 22.3.1.1. A proponente deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, relacionando, se possível, o nome, cargo e telefone dos responsáveis pelas informações;
- 22.3.1.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;
- 22.3.1.3. Comprovação de que tenha exercido serviços compatíveis com o objeto da licitação e por período não inferior a 03 (três) anos, sendo aceito para a comprovação dessa experiência mínima o somatório de atestados;
- 22.3.1.4. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;
- 22.3.1.5. Para efeito do quesito temporal dos atestados, os períodos concomitantes serão computados uma única vez;
- 22.3.1.6. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos;
- 22.3.1.7. Não terá validade alguma o atestado emitido pelo próprio licitante ou por empresa pertencente ao mesmo grupo.
- 22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.4.1. Taxa de desconto não inferior a 1,54%.
- 22.5. O critério de julgamento da proposta é a maior taxa de desconto.
- 22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 23.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.
- 23.2. Estima-se um valor total de R\$ 960.980,82 (novecentos e sessenta mil, novecentos e oitenta reais e oitenta e dois centavos).
- 23.3. Tal valor foi obtido com base em ampla pesquisa de preços, conforme Instrução Normativa nº 05/2017 – MP/SEGES, utilizando-se do Painel de Preços para se encontrar contratações públicas de objeto similar ao pretendido por este órgão.
- 23.4. Foram encontradas 5 (cinco) contratações públicas realizadas nos últimos seis meses que cumpriam os requisitos necessários para fazer parte da pesquisa.
- 23.5. Considerou-se como objeto de concorrência nas contratações mencionadas a Taxa de Desconto oferecida pelas contratantes, já que os preços de combustíveis, de manutenção de veículos e dos demais serviços são os praticados pelo mercado e pela rede credenciada de estabelecimentos.
- 23.6. O valor mínimo estimado para a taxa de desconto foi o de 50% a menos do que a média das taxas encontradas na pesquisa de preços.
- 23.7. Para os gastos com combustíveis, utilizou-se a média de litros utilizados pelo órgão nos últimos três anos, ajustada para refletir a realidade atual da Agência, multiplicado pelos valores médios dos combustíveis informados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), em 09/07/2019.
- 23.8. Para os gastos com manutenção de veículos, utilizou-se a média das despesas dos últimos três anos ajustada para refletir a inflação dos preços dos serviços e a maior demanda esperada pelo envelhecimento da frota.
- 23.9. Para os gastos com lavagem de veículos, estimou-se o valor a ser utilizado no contrato com base no

quantitativo total de veículos nas Superintendências Estaduais, inicialmente previsto o uso nas Superintendências Estaduais e futuramente na SEDE em Brasília, o quantitativo ideal de lavagens por veículo em um ano para conservá-lo e o preço médio dos serviços de lavagem de carros dos últimos doze meses.

23.10. Os valores estimados para os serviços acima foram multiplicados pelo valor máximo da taxa de desconto para se chegar ao valor global máximo da contratação.

#### 24. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

24.1. A declaração orçamentária será indicada oportunamente no decorrer do processo.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

### **ANEXO I - RELAÇÃO DE VEÍCULOS E LOCALIZAÇÃO**

#### 1) VEÍCULO AUTOMOTOR NA SEDE - BRASÍLIA

Nº	MARCA	MODELO	QUANTIDADE	ANO
1	CASE	Retroescavadeira	1	1980
2	FIAT	DOBLÔ	1	2006
3	FIAT	DOBLÔ	2	2007
4	FIAT	Doblô Cargo	2	2007
5	FIAT	MAREA	1	2006
6	FIAT	PALIO	1	2005
7	FIAT	PALIO	44	2008
8	FIAT	PALIO WEEKEND	1	2005
9	FIAT	SIENA	2	2006
10	FIAT	WEEKEND	1	2005

11	FORD	CARGO	1	2009
12	FORD	RANGER	1	1998
13	FORD	RANGER	3	2007
14	FORD	RANGER	1	2008
15	GM	60	1	1982
16	GM	D-20	1	1992
17	GM	S10	1	2003
18	GM	ASTRA	13	2007
19	GM	CORSA	7	2007
20	GM	S10 4X4	2	2007
21	GM	S10 TORNADO	1	2007
22	HONDA	Shadow 1100 CC	1	1998
23	HONDA	CBX-200 Strada	1	1998
24	HONDA	125 CC	1	2003
25	HONDA	FALCON	1	2006
26	HYUNDAI	ELANTRA	1	2012
27	KIA	BESTA	1	1997
28	M.BENZ	L608 D	1	1982
29	MB	L1113	1	1977
30	MB	ÔNIBUS	1	1988

31	MB	CAMINHÃO	1	1976
32	MB	ÔNIBUS	1	1983
33	MB	608D	1	1984
34	Mitsubish	SAVANA	1	2007
35	NISSAN	INFINIT/ FX35	1	2012
36	NISSAN	FRONTIER 4X4	3	2006
37	NISSAN	FRONTIER 4X4	1	2005
38	PEUGEOT	206	3	2007
39	PEUGEOT	307	1	2007
40	PEUGEOT	307 SD	4	2007
41	PEUGEOT	307 SD FELINE	6	2007
42	PEUGEOT	307SD	6	2008
43	PEUGEOT	BOXER	1	2006
44	PEUGEOT	BOXER 330M	2	2006
45	PEUGEOT	BOXER 330M	3	2008
46	PEUGEOT	BOXER 330M HDI	1	2006
47	RENAULT	CLIO 1.6	1	2007
48	RENAULT	CLIO 1.6	2	2008
49	RENAULT	CLIO 1.6 16VI	1	2007
50	RENAULT	CLIO 1.6 16VI	2	2008

51	RENAULT	MASTER	1	2005
52	RENAULT	MASTER	2	2008
53	RENAULT	MEGANE	2	2007
54	RENAULT	MEGANE	2	2008
55	RENAULT	MEGANE 2.0	5	2007
56	RENAULT	MEGANE 2.0	2	2008
57	RENAULT	MEGANE 2.0 16v	2	2007
58	SCANIA	ÔNIBUS	1	1995
59	TOYOTA	HILUX	1	1997
60	TOYOTA	HILUX	2	2008
61	VW	KOMBI	1	1976
62	WV	KOMBI	1	1977
63	VW	KOMBI	2	1989
64	VW	KOMBI	2	1996
65	VW	SAVEIRO	1	1998

## 2) VEÍCULO DE TRAÇÃO HUMANA NA SEDE - BRASÍLIA

Nº	MARCA	MODELO	QUANTIDADE
1	MONARK	CARGUEIRO - ARO 26	6
2	MONARK	BARRA CIRCULAR - ARO 26	5
3	SAMY BIKE	CARGA PESADA - ARO 26	11

4	BORBECK	BAGAGEIRO LARGO - ARO 262	
5	FISHER	BAGAGEIRO - ARO 26	1
6	PRICIBIKE	CARGUEIRO - ARO 26	1
7	FLASH	CARGUEIRO ARO 26/20	1

### 3) VEÍCULO AUTOMOTOR NAS SUPERINTENDÊNCIAS

#### SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ACRE

Nº	MARCA	MODELO	QUANTIDADE	ANO
1	PEUGEOT	307 SD	1	2008
2	FORD	RANGER XL	1	2012

#### SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ALAGOAS

1	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
2	PEUGEOT	307 SD	1	2008

#### SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAZONAS

1	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	4	2008
2	FORD	RANGER XL	1	2008
3	GM	S10 TORNADO 4X4	1	2007
4	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
5	PEUGEOT	307 SD	1	2008

#### SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAPÁ

1	PEUGEOT	307 SD	1	2008
2	TOYOTA	HILUX CD 4X4 SR	1	2008

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA BAHIA**

1	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
2	FORD	RANGER XL	1	2007
3	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	1	2007
4	PEUGEOT	307 SD	2	2007

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO CEARÁ**

1	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
2	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	1	2007
3	PEUGEOT	206 SW 1.4	1	2007
4	FORD	RANGER XL	1	2012
5	YAMAHA	XTZ 750CC	1	
6	PEUGEOT	307 SD	1	2007

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO**

1	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
2	PEUGEOT	307 SD	1	2007
3	TOYOTA	HILUX CD 4X4 SR	1	2008

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO GOIÁS**

--	--	--	--	--



1	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
2	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	2	2008
3	TOYOTA	HILUX CD 4X4 SR	1	2008
4	FORD	RANGER XL	1	2007
5	PEUGEOT	307 SD	1	2007

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MARANHÃO**

1	GM	S10 TORNADO 4X4	1	2007
2	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
3	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	1	2008
4	TOYOTA	HILUX CD 4X4 SR	1	2008

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE MINAS GERAIS**

1	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	2	2008
2	PEUGEOT	307 SD	1	2007
3	TOYOTA	HILUX CD 4X4 SR	1	2008

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**

1	FORD	RANGER XL	1	2007
2	TOYOTA	HILUX CD 4X4 SR	1	2008
3	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
4	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	2	2008

5	PEUGEOT	307 SD	1	2007
---	---------	--------	---	------

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE MATO GROSSO**

1	PEUGEOT	307 SD	1	2007
---	---------	--------	---	------

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARÁ**

1	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	3	2008
2	PEUGEOT	307 SD	1	2007
3	TOYOTA	HILUX CD 4X4 SR	1	2008

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAÍBA**

1	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
2	PEUGEOT	307 SD	1	2007
3	GM	S10 TORNADO 4X4	1	2007

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE PERNAMBUCO**

1	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
2	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	2	2008
3	PEUGEOT	307 SD	1	2007
4	NISSAN	FRONTIER 4X4 CABINE DUPLA	2	2006
6	GM	S10 TORNADO 4X4 2.8	1	2007

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PIAUÍ**

1	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	1	2008
2	PEUGEOT	307 SD	1	2007
3	GM	S10 TORNADO 4X4	1	2007

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ**

1	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
2	FIAT	DOBLÔ CARGO	1	2006
3	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	1	2008
4	PEUGEOT	307 SD	1	2007
5	FORD	RANGER XL	1	2012
6	RENAULT	CLIO SEDAN 1.6	1	2008
7	GM	ASTRA SEDAN	1	2005

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO**

1	GM	CORSA HATCH 1.8	2	2007
2	REANALT	MEGANE SEDAN 2.0 16V	1	2008
3	PEUGEOT	206 SW 1.4	1	2007
4	PEUGEOT	307 SD	1	2007
5	HONDA	TORNADO 250R	1	2007
6	GM	S10 TORNADO D 4X4	1	2007

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

1	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
2	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	1	2008
3	PEUGEOT	307 SD	1	2007

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RONDÔNIA**

1	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	1	2008
2	PEUGEOT	307 SD	1	2007
3	FORD	RANGER XL	2	2012

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RORAIMA**

1	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	1	2008
2	PEUGEOT	307 SD	1	2007
3	FORD	RANGER XL	1	2007
4	NISSAN	FRONTIER SE 4X4	1	2005

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL**

1	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
2	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	2	2008
3	PEUGEOT	206 SW 1.4	1	2007
4	TOYOTA	HILUX CD 4X4 SR	1	2008
5	GM	S10 TORNADO 4X4 2.8	1	2007
6	RENAULT	MEGANE SEDAN 2.0 A6V	1	2008

7	PEUGEOT	307 SD	1	2007
8	HONDA	TORNADO 250XR	1	2007

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SANTA CATARINA**

1	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	1	2008
2	PEUGEOT	307 SD	1	2007

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE**

1	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	1	2008
2	PEUGEOT	307 SD	1	2007

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO**

1	GM	ASTRA SEDAN 2.0	1	2007
2	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	3	2008
3	PEUGEOT	307 SD	1	2007
4	HONDA	TORNADO 250XR	1	2007
5	TOYOTA	HILUX CD 4X4 SR	1	2008

#### **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TOCANTINS**

1	GM	CORSA SEDAN 1.8	1	2007
2	FIAT	PÁLIO ELX FLEX	1	2008

#### **ANEXO II - RELAÇÃO DE CIDADES**

BRASÍLIA  
RIO BRANCO  
MACEIÓ  
MANAUS  
MACAPÁ  
SALVADOR  
FORTALEZA  
VITÓRIA  
GOIÂNIA  
SÃO LUÍS  
BELO HORIZONTE  
CAMPO GRANDE  
CUIABÁ  
BELÉM  
JOÃO PESSOA  
RECIFE  
TERESINA  
CURITIBA  
RIO DE JANEIRO  
NATAL  
PORTO VELHO  
BOA VISTA  
PORTO ALEGRE  
FLORIANÓPOLIS  
ARACAJU  
SÃO PAULO  
PALMAS  
FOZ DO IGUAÇU  
TABATINGA

**ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

<b>Indicador 01</b>
---------------------

<b>Nº 01 – Quantidade de advertências em um período de 12 (doze) meses.</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Garantir que os serviços de manutenção e abastecimento sejam realizados sem quaisquer interferências.
Meta a cumprir	Não acumular 04(quatro) advertências em um período de 12 (doze) meses
Instrumento de medição	Planilha de acompanhamento de fiscalização.
Forma de acompanhamento	Verificação, no registro de ocorrências da empresa, por servidor do ABIN, do quantitativo de advertências realizadas no período de 12(doze) meses.
Periodicidade	Anual
Mecanismo de Cálculo	Número de advertências no período de 12(doze) meses < 4
	Número de advertências no período de 12(doze) meses = ou maior que 4
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Nº de advertências no período de 12(doze) meses < 4 - 100% da fatura
	Nº de advertências no período de 12(doze) meses = ou maior que 4 - 80% da fatura
Sanções	-
Observações	-

<b>Indicador 02</b>
<b>Nº 02 – Quantidade de advertências em um período de 6 (seis) meses.</b>

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que os serviços de manutenção e abastecimento sejam realizados sem quaisquer interferências.
Meta a cumprir	Não acumular 02(duas) advertências em um período de 6 (seis) meses.
Instrumento de medição	Planilha de acompanhamento de fiscalização.
Forma de acompanhamento	Verificação, no registro de ocorrências da empresa, por servidor do ABIN, o quantitativo de advertências realizadas no período de 6(seis) meses.
Periodicidade	Semestral
Mecanismo de Cálculo	Número de advertências no período de 06(seis) meses < 2
	Número de advertências no período de 06(seis) meses = ou maior que 2
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Nº de advertências no período de 06(seis) meses < 2 - 100% da fatura
	Nº de advertências no período de 06(seis) meses = ou maior que 2 - 90% da fatura
Sanções	-
Observações	-

Indicador 03	
<b>Nº 03 – Quantidade de dias com paralisação dos serviços solicitados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, que sejam justificados e aceitos pela ABIN.</b>	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que os serviços de manutenção e abastecimento sejam realizados sem quaisquer interferências.



Meta a cumprir	Não interromper a prestação dos serviços.
Instrumento de medição	Planilha de acompanhamento de fiscalização.
Forma de acompanhamento	Verificação, por servidor do ABIN, de possíveis interrupções no serviço contratado.
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de Cálculo	Nº de dias de paralisação dos serviços = 2
	Nº de dias de paralisação dos serviços de 3 a 4 – 95 % da fatura
	Nº de dias de paralisação dos serviços de 5 a 6 – 90 % da fatura
	Nº de dias de paralisação dos serviços acima de 6 – 85 % da fatura
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Nº de dias de paralisação dos serviços = 2 - 95% da fatura
	Nº de dias de paralisação dos serviços de 3 a 4 – 90 % da fatura
	Nº de dias de paralisação dos serviços acima de 5 – 85 % da fatura
Sanções	Faixa de 85 % - multa de 0,2% até 4,1% pela inexecução parcial
Observações	-

Documento assinado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **ALEXSANDRO BARRETO GOIS, Chefe da Divisão de Transporte e Oficina**, em 07/02/2020, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abin.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0106293** e o código CRC **87AFA00A**.

---

**Referência:** Processo nº 00091.000681/2019-52

SEI nº 0106293

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -